

Senhoras e senhores membros do Congresso Nacional,

Os dois anos que se passaram desde que assumi a Presidência da República tornaram ainda maior o respeito e o reconhecimento que sempre tive pelo Poder Legislativo, do qual tenho a honra de um dia ter feito parte. Ressalto, sobretudo, o seu caráter republicano, responsável pela viabilidade de tantos avanços nas reformas e nas legislações necessárias ao aprofundamento da democracia e da justiça social em nosso País.

Imbuído de tal espírito, portanto, cumpro o dever constitucional de apresentar esta Mensagem ao Congresso Nacional, contendo, nas páginas que se seguem, a síntese da atuação do Executivo em 2004 e do nosso Plano de Ação para 2005.

O Brasil já é hoje um País diferente, que está avançando democraticamente em seu processo de mudanças. A enorme vulnerabilidade externa decorrente da crise de 2002 já foi superada e nos encontramos, atualmente, em um momento virtuoso de nossa economia, combinando de forma criativa disciplina fiscal e crescente solidez financeira com crescimento econômico, geração de empregos, distribuição de renda e forte avanço das políticas sociais.

Temos realizações importantes em cada uma das pastas do nosso Governo, mas vou me limitar, nesta apresentação, a fazer apenas alguns destaques.

O PIB brasileiro cresceu mais de 5% durante o ano passado. As exportações ultrapassaram US\$ 96 bilhões e o nosso saldo comercial foi superior a US\$ 33 bilhões. Melhoramos o perfil da dívida externa e o risco-país, que havia ultrapassado 2000 pontos em 2002, caiu abaixo dos 500 pontos no final de 2004.

Tudo isso foi acompanhado pela geração de mais de 1,5 milhão de empregos formais e de uma ousada política de inclusão bancária e de microcrédito. O resultado foi a criação de mais de 4,6 milhões de contas-correntes e significativo aumento do crédito a juros muito menores do que os do mercado para os cidadãos de baixa renda – seja por meio do próprio microcrédito, seja através de empréstimos consignados em folha de pagamento para trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas do INSS.

O Programa Bolsa Família – a principal das grandes ações do Fome Zero – já assegura uma renda mínima a 60% das famílias brasileiras que vivem abaixo da linha de pobreza. É o maior

programa de transferência de renda da América Latina, presente em 6.571.830 lares. Já são mais de 20 milhões de pessoas que participam do Bolsa Família, das quais 15 milhões de crianças têm a obrigação de freqüentar a escola como parte das condicionalidades exigidas pelo Governo.

Temos nos empenhado igualmente em aperfeiçoar a execução do Programa, fazendo inclusive com que os cadastros das famílias beneficiadas se tornem cada vez mais rigorosos.

Realizamos também um conjunto de ações de fomento à agricultura familiar – com programas de capacitação, compras governamentais e um volume inédito de financiamento à produção (mais de R\$ 7 bilhões foram destinados para a atual safra) – o que, juntamente com a reforma agrária de qualidade em execução, está mudando, e muito, as condições de vida no campo.

A extrema capacidade produtiva do agronegócio continua se expandindo, ampliando exportações e beneficiando direta e indiretamente o mercado interno.

Nossa diplomacia, soberana e altiva, combinada com uma política de comércio exterior ousada e persistente, tem obtido resultados muito importantes para o Brasil. Conquistamos mercados, fizemos novas parcerias com países em desenvolvimento na África, na Ásia e no Oriente Médio, e seguimos ampliando nossas boas relações políticas e comerciais com a Europa, os Estados Unidos e o Japão.

A prioridade dedicada à América do Sul tem acarretado maior fortalecimento e expansão do Mercosul e substancial avanço da integração política, cultural e de infra-estrutura física dos nossos países, transformando o que era, no passado, uma frase de efeito em realidade concreta, inclusive com a recente criação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Iniciamos, assim, o ano de 2005 com a certeza de que podemos avançar ainda mais no desenvolvimento econômico sustentado e no fortalecimento das políticas sociais do Governo. Para isso, estamos convencidos de que continuaremos a contar – como contamos nestes dois anos – com a ação independente, autônoma, firme e responsável do Congresso Nacional.

Um bom exemplo dessa atuação é a lei das Parcerias Público-Privadas, aprovada no final do ano passado, que cria um promissor mecanismo de financiamento de obras essenciais ao nosso modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, devo lembrar também a Reforma do Judiciário – que agiliza o sistema judicial, gerando benefícios econômicos e sociais para a população – e a aprovação de novas regras de financiamento para o setor de habitação, fundamentais para o

nosso País, sem deixar de mencionar a Política Industrial, a Lei de Inovação, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, entre outras iniciativas.

Quero destacar que o Congresso Nacional tem tido especial sensibilidade para iniciativas de caráter eminentemente social, como é o caso do Programa Universidade para Todos, que tramitou com grande agilidade.

No ano de 2005, com certeza, é que as legislações importantes como as PPP e a Reforma do Judiciário começarão a produzir resultados. É o ano também em que o Congresso tratará de novas reformas, absolutamente necessárias ao maior desenvolvimento do nosso País, como a segunda parte da tributária, a sindical, a universitária, que começam a ser discutidas na sociedade, entre outras.

Respeito mútuo, constante diálogo e intensa parceria democrática em favor dos objetivos maiores do Brasil são valores e métodos que têm marcado muito positivamente as relações entre os Poderes da República – e que certamente continuarão a ser fortalecidos e intensificados.

É disso que o nosso País precisa para avançar ainda mais nesse novo ciclo de desenvolvimento sustentado com democracia e inclusão social que, esperamos, vai perdurar por muitos e muitos anos.

**Brasília, 15 de fevereiro de 2005.**

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República